



PROFISSÃO OU MOTIVAÇÃO RELIGIOSA: A BUSCA PELA IDENTIDADE PROFISSIONAL DAS CUIDADORAS SOCIAIS EM UMA UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Glacielli Thaiz Souza de Oliveira ¹
Elza Maria Campos ²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender a influência de uma perspectiva missionária, religiosa, na construção da identidade profissional de cuidadoras sociais, no contexto de um serviço de acolhimento institucional, bem como o modo como se dão relações de gênero e de trabalho. Foi realizada uma pesquisa qualitativa envolvendo quatro cuidadoras sociais, através da aplicação de um questionário semiestruturado. O resultado demonstrou que as cuidadoras sociais vivenciam uma idealização da função maternal, imposta pela cultura da sociedade brasileira atual, pelo Estado, pela instituição e pelos próprios atores envolvidos nessa relação, não se reconhecendo como reais trabalhadoras.

Palavras-chave: Motivação Religiosa; Identidade Profissional; Cuidadora Social.

ABSTRACT

This article aims to understand the influence of a religious, missionary perspective for the construction of the professional identity of Social Elderly Carers, in the scenery of an Institutional Caring Service, as well as gender and work relationships involved. Four social elderly carers have participated in a qualitative research, by applying a semistructured questionnaire. The results demonstrated that those social carers work under the influence of a maternal function idealization which is imposed by Brazilian society, by the State, by the institution, and by the very actors involved in such relationship, so that they do not see themselves as actual workers.

Key-words: Religious Motivation; Professional Identity; Social Carer.

¹ Possui graduação em Serviço Social (2013) pelas Faculdades Integradas do Brasil (UNIBRASIL), especialização em Questão Social em uma perspectiva Interdisciplinar, pela UFPR Litoral (2014), Mestranda na área Tecnologia e Trabalho na UTFPR (2015); assistente social e assessora em projetos sociais na área de acolhimento institucional, e-mail glaciellis@hotmail.com

² Assistente Social, mestre em educação e professora do Curso de Serviço Social da UNIBRASIL e do grupo de estudo trabalho, gênero e violência doméstica e familiar da mesma Instituição.

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela temática do trabalho teve como origem a vivência de estágio curricular que desenvolvemos na Casa Lar mantida por uma ONG no Município de Curitiba, no período compreendido entre maio de 2011 e julho de 2012. Percebeu-se a invisibilidade social estabelecida junto às Cuidadoras Sociais desta Instituição, o que despertou a necessidade de se pesquisar quem são essas mulheres trabalhadoras. A Casa Lar acolhe 42 crianças vítimas de diferentes tipos de violência, que foram judicialmente afastadas de suas famílias de origem.

As Cuidadoras Sociais têm vínculo empregatício, por meio da relação de trabalho normatizada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sendo que o contrato rege uma folga semanal e um final de semana de descanso por mês. Exige-se como condição para o contrato o ensino fundamental, o qual pode ser incompleto.

Não precisam ter experiência como Cuidadoras Sociais, apenas disponibilidade para permanecer nas funções do cargo em uma rotina de atendimento 24 horas, portanto permanecer no trabalho de forma ininterrupta e driblar o cansaço físico e emocional tornam-se um grande desafio. As Cuidadoras Sociais atendem cerca de 10 a 12 crianças, as quais somam um total de 42 crianças divididas em quatro Casas. A atuação destas mulheres se volta realmente para um grupo familiar, entendendo família na perspectiva de Aranha (1990, p.80):

A família é um grupo social de indivíduos diferenciados por sexo, idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções, ela não é uma mera somatória de indivíduos que a compõe, mas sim, um conjunto heterogêneo composto de seres com sua própria individualidade e personalidade. Assim, a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas.

Nesta vertente, do Acolhimento Institucional, temos a concepção da família conservadora e tradicional, ou seja, tenta-se reproduzir o contexto da família burguesa. Mas a família está em constante processo de mudança, devido à conjuntura econômica, social, política e cultural e tentar reproduzir na dinâmica de uma Casa Lar este contexto pode acarretar nessas mulheres

papeis de cuidado e afeto que não condiz com a realidade das crianças acolhidas, das próprias Cuidadoras Sociais, da Instituição e da sociedade.

Entretanto, a família pode ser entendida como espaço de relações ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico, ocupando um lugar de destaque na socialização das crianças. Entendemos a família como agente na construção social, sendo ela própria construída socialmente, funcionando como mediadora entre o mundo social e os indivíduos que a constituem. É neste sentido que buscamos desvelar a identidade dessas profissionais, ou seja, como exigir algo além das suas possibilidades? E se possível tal exigência, ela está sendo cumprida? O que fica ressaltado no conceito estabelecido por Hall (2005):

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. (HALL, 2005, p.07)

Os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a construção do corpus desta pesquisa buscou ultrapassar as barreiras imediatistas e naturalizadas do cotidiano da rotina de trabalho dessas. Diante disso utilizamos a pesquisa qualitativa para realizar as entrevistas. Neste tocante temos um universo total de 06 Cuidadoras Sociais, a qual se retirou uma amostra de 04 profissionais.

Como técnica para coleta de dados, empregamos a entrevista semiestruturada, sendo efetivada através de um formulário que constitui questões em aberto. Dessa forma se buscou identificar quais as construções sociais que foram cristalizadas na perspectiva dessas mulheres e neste viés a pesquisa nos possibilitou em um dos seus desdobramentos verificarmos que a missão religiosa esta posta para as cuidadoras sociais como uma das linhas de fuga diante das dificuldades da rotina de trabalho.

Utilizamos nomes fictícios para identificar as 04 protagonistas das entrevistas as quais serão dispostas no decorrer do texto, com o intuito de manter a preservação do sigilo de suas identidades.

Além disso, modificaram-se os nomes de crianças que aparecem nos diálogos das personagens, assim como da Casa-Lar tendo em vista manter a confidencialidade dos sujeitos presentes na pesquisa. Após as entrevistas

efetivadas, todas as informações adquiridas foram transcritas e analisadas na íntegra, pois se reproduziu na totalidade as falas das Cuidadoras Sociais.

Através da análise do perfil sócio econômico das Cuidadoras Sociais descreveremos de forma sucinta o perfil das trabalhadoras que foram entrevistadas as quais receberam um nome fictício como já mencionado, optamos pelos nomes compostos de “Marias”. Por entendermos as várias Marias existentes em nosso país e que vivenciam as “dores”, “delícias” e “contradições” da rotina de trabalho diário no cotidiano da labuta da divisão social técnica do trabalho diante da busca pela identidade profissional.

A primeira entrevista foi realizada com Maria das Dores, a qual nos recebeu no seu novo local de trabalho, sendo este local uma Casa Lar, no dia 08 de março de 2013, a entrevista durou cerca de 60 minutos. A profissional tem 45 anos é casada e trabalha como cuidadora social há 06 anos, é católica, tem moradia própria e ainda tem filhos que dependem dela economicamente, há cinco anos faz uso de remédios controlados. Foi desligada da Instituição de Acolhimento em julho de 2012.

A segunda entrevista foi realizada com Maria do Salvador, a qual concedeu à entrevista em sua casa, no dia 10 de março de 2013, com duração de aproximadamente 50 minutos. Atualmente encontra-se em licença médica, devido a um tratamento de saúde. Maria do Salvador tem 44 anos, esta casada, seu esposo esta em tratamento terapêutico em uma clínica devido a um surto psicótico. Sua religião é a evangélica. Atualmente mora em uma casa cedida pela prefeitura, a qual era uma antiga casa lar. Têm três filhos, sendo um adotivo, dois ainda dependem economicamente da entrevistada, exerce a função como cuidadora social há 14 anos.

A terceira entrevistada foi Maria da Paixão concedeu a entrevista em seu novo local de trabalho, o qual também é uma casa lar, no dia 17 de março de 2013, tendo uma duração de 1 hora. A profissional tem 44 anos, é solteira, tem uma filha dependente economicamente, é evangélica. Não possui casa própria, se desligou da Instituição em outubro de 2012, trabalha como Cuidadora Social há 14 anos.

A última entrevistada foi Maria do Socorro, concedeu a entrevista na casa de sua irmã, no dia 23 de março de 2013, pois demonstrou preocupação com a entrevista ser realizada em sua casa, já que mencionou que a mesma “é

casa humilde” (SIC). A entrevista durou cerca de 1 hora, Maria do Socorro tem 50 anos, possui dois filhos, mas não são dependentes economicamente, possui casa própria, é evangélica e se desligou da Casa Lar em junho de 2012. Atualmente não está trabalhando, mas exerceu a função de cuidadora social por 03 anos.

2. PROFISSÃO OU MOTIVAÇÃO RELIGIOSA?

Um dos grandes desafios impostos a essa pesquisa foi conhecer as verdadeiras Cuidadoras Sociais, além do posto no cotidiano das ações imediatistas e de certa forma naturalizadas no dia-a-dia da rotina de trabalho. Mas, antes de iniciarmos os diálogos proporcionados pelas personagens, ressaltamos a importância da identidade profissional.

Sendo assim, entendemos a construção da Identidade profissional na conjuntura social, ou seja, faz parte do processo de socialização do ser humano, há uma integração entre a identidade pessoal e a profissional.

Como aborda Dubar (1997, p.13) *“A identidade humana não é dada, no acto do nascimento. Constrói-se na infância e deve reconstruir-se sempre ao longo da vida”*. Nesta perspectiva de reflexão a identidade profissional não é imutável, está sujeita a mudanças constantes, ou seja, depende da dinâmica das relações sociais vivenciadas no cotidiano da relação de trabalho, aonde vivencia transformações constantes de princípios, valores, normas, regras imposta pela instituição, pelo grupo de pertencimento, pelas escolhas, pela própria sociedade. Neste ponto temos a fala de Santos (2005), que explica que:

[...] uma parte importante da identidade profissional se constrói pela experiência, isto é, no exercício concreto da prática profissional em interação permanente com outros profissionais e forjada na diversidade de ‘acordos’ e ‘desacordos’ entre a identidade virtual (proposta ou imposta pelo outro) e a identidade real, interiorizada pelo indivíduo. (SANTOS, 2005, p.132)

Diante do conceito apresentado por Santos, compreendemos a identidade profissional envolvida em uma teia de relações sociais e históricas que transpassam o contexto do ser individualizado e desconexo da realidade a sua volta. Neste sentido, as falas das profissionais entrevistadas surgem carregadas de identidades de gênero, de família, de classe, de religiosidade,

ou seja, constituem um pano de fundo das articulações existentes na conjuntura das vivências sócio históricas das mesmas.

Perante este tecido social e em relação à compreensão da profissão de Cuidadora Social pelas personagens da pesquisa, elencamos alguns trechos que perpassam a Motivação Profissional. Neste sentido temos em relação à identidade da profissão que:

“Ah eu penso que é um chamado de Deus! [...] Então assim, percebi que foi de Deus eu ter ingressado, quando eu penso assim aí eu preciso sair! Preciso descansar! Deus fala que não! Esse é um trabalho e é aonde encaixa a palavra de Deus, né porque a quem enviarei? Eis me aqui, envia-me a mim! Mas, pra fazer o que? Eu amo este trabalho que faço! Faço assim com muito gosto, ainda que tem pessoas na área espiritual que tentam embargar, mas Deus tem sido fiel”.(Maria da Paixão).

“Amor pelo ser humano, pelas crianças que não tem aquela família que é o suporte deles, tem que ter alguém que tenha amor por ele. [...] E assim vou continuar nesta profissão o quanto Deus permitir! É que pra mim assim nem é uma profissão, eu olha assim como um Ministério de Deus né, algo assim que Deus nos concedeu. Ele nos deu na nossa mão. Ele nos confiou, porque esse trabalho aí é uma confiança de Deus na mão da gente. Porque se não fosse Deus confiar você não faria 14 anos de trabalho sem ter nenhuma encrenca judicial, sem ter nenhuma encrenca com nenhuma entidade que eu passei, então eu vejo assim como um presente de Deus tudo isso.”
(Maria do Salvador)

“O carinho pelas crianças, tentar ajudar em alguma coisa o próximo principalmente uma criança que precisa de amor e não tem o amor, né! [...] Mas se era uma profissão né eu não via somente como uma profissional, trabalhava como se fosse um trabalho missionário!”
(Maria do Socorro)

Nas falas acima percebemos que entre as três primeiras cuidadoras há uma interpretação da profissão como uma missão religiosa, ou seja, as personagens não compreendem a profissão enquanto algo relacionado ao exercício de uma função laborativa.

Sendo assim, evidencia-se um viés missionário na relação estabelecida por três protagonistas no contexto do cotidiano junto às crianças em medida de acolhimento. Entretanto, buscamos compreender se a propagação dessa fé interage na reprodução de valores e conceitos na relação entre as Cuidadoras e as crianças.

Mas, antes devemos ressaltar que a Motivação Religiosa é um “ranço” histórico, pois temos nas raízes da historicidade da sociedade brasileira a aliança fecunda entre Estado e Religião³. Neste sentido algumas unidades de acolhimento ainda vivenciam o caldo histórico da idealização da caridade, do assistencialismo, da regeneração do próximo, da fraternidade, da solidariedade e outros adjetivos que levam profissionais a estarem nos espaços sócio ocupacionais das unidades de acolhimento em busca de propiciarem ao próximo, neste caso crianças e adolescentes em medida protetiva de acolhimento, um acalanto fraternal.

Outro ponto é que as primeiras Instituições de Acolhimento que ofertaram um amparo junto às crianças e adolescentes em situação de risco social eram de cunho religioso, o que ainda persiste no terceiro setor, pois enfrentamos a realidade de casas lares e instituições que atendem esta demanda voltada ao cenário dos dogmas religiosos principalmente os que estão interligados ao viés cristão, o que denota e reproduz esses valores junto aos profissionais que atuam nestes estabelecimentos sendo que de certa forma interiorizam estes dogmas junto às crianças e adolescentes.

Outro fator que está relacionado à condição de reprodução de um trabalho com definições estigmatizantes da idealização da “família Burguesa” e da extensão do cuidado como atividade privativa da mulher, a profissão Cuidadora Social, a qual a própria legislação que rege os direitos e deveres da “Mãe Social”, é datada de 1987, em seu artigo 4º enfatiza como atribuições a Cuidadora Social *“1 - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados”*.

Se analisarmos que o contexto da historicidade do modelo ideal proposto pela elite burguesa, e que ainda impera no imaginário do senso comum, é a família burguesa paternalista que propicia a idealização da família nuclear diante dessas mulheres em uma vertente mais tradicional e conservadora na lógica cristã; sendo assim temos a reprodução desse modelo através dessas trabalhadoras no contexto das crianças e adolescentes, em medida protetiva de acolhimento.

³ Religião é provavelmente a instituição humana mais antiga e duradoura, sendo praticamente impossível separá-la da história da cultura humana. Sua influência é ambígua, tendo inspirado o que há de melhor no ser humano, e também o que há de pior. (LOTUFO NETO, 1997)

Também podemos fazer uma ressalva em relação à Maria das Dores que mesmo não fomentando de forma direta uma motivação religiosa, entende a necessidade de conquistar as crianças para que haja uma maior interação com as mesmas, mas esta conquista segue a linha da busca pela idealização do amor, como demonstra a sua fala:

“Bom no começo eu não sabia nem o que era ser mãe social né, eu entrei porque eu tava procurando emprego mesmo, no começo a dificuldade foi grande até interagir com as crianças conquistar o respeito delas e tudo assim foi bem sofrido, bem sofrido sabe! Mas depois que você consegue isso você pega o amor das crianças, conquista o respeito de cada um deles”. (Maria das Dores)

Nas entrelinhas das afirmações coletadas com a entrevistada, percebe-se um viés da idealização do amor, ou seja, a profissional necessita se sentir amada pelas crianças para estar na plenitude da realização e do sentimento de pertencimento da sua identificação profissional; não consegue compreender a sua profissão no sentido de uma atividade trabalhista e profissional, o que de certa forma recai no mesmo sentido da falta de escolha, ou seja, há uma idealização de missão do “amor” ao próximo, o que estabelece um sentimento de não se reconhecer como profissional e sim missionária.

Mas, no caso das três outras entrevistadas a motivação religiosa está tão impregnada e aparente como sendo um dos fatores predominantes da identidade profissional que não há menor dissociação de onde começa a relação profissional e a pessoal nas relações cotidianas no exercício profissional. Dessa forma percebemos que todas as quatro entrevistadas não se compreendem como Cuidadoras Sociais em uma função estritamente de trabalhadoras.

Diante das falas das três mulheres que associam a identidade profissional às questões da missão religiosa, podemos identificar a motivação religiosa delas na definição conceituada por Glock (1962) *apud* Lotufo Neto (1997), a qual enfatiza que a crença religiosa pode estar relacionada à vertente religiosa doutrinária das instituições, sendo que, em analogia, a definição de religião pode transpassar a doutrina tradicional, da relevância da crença para o indivíduo e da funcionalidade que esta representa em sua vida; ou seja, invade o contexto das relações de trabalho, o que verificamos que ocorre diante das falas das três protagonistas da pesquisa.

Em relação à idealização do amor maternal dessas mulheres junto às crianças e adolescentes quanto indagadas a respeito de se considerarem mães ou não do público alvo de atendimento, as falas das protagonistas relatam:

“Ah! Eu me considero! Me considero e adoro (risos)! Ah porque veja bem você esta ali todos os dias! Você dormi com a criança, a hora de dormir é a coisa mais linda, do mundo.”(Maria da Paixão)

“Me considero muito, me dói e muito eu tenho meu filho adotivo e pra mim não tenho diferenças dos outros dois. E assim é com os outros da casa lar, Você acaba se tornando mãe de coração, não tem jeito, pra mim não tem outro jeito”. (Maria do Salvador)

“[...] É que nem eu disse pra você é como eu fosse mãe mesmo né, então tando neste abrigo ou em qualquer outro abrigo que tenha crianças eu vou sentir a mesma coisa que as crianças precisam de mim e eu deles assim sabe, é a mesma coisa”.(Maria das Dores)

“Mas o sentimento de mãe a gente nutre, não tem como principalmente quando elas estão se formando mocinha, a gente como mãe procura orientar né quando elas vão menstruar pela primeira vez, quando tá criando peitinho! Da forma como elas sentam é um trabalho de uma mãe mesmo né!” (Maria do Socorro)

As quatro entrevistadas afirmam que se sentem mãe das crianças em medida de acolhimento e em todos os momentos das entrevistas quando nos reportávamos as profissionais, utilizamos o termo Cuidadora Social e as mesmas em nenhum momento se reconheceram diante desse termo, sempre se voltavam às respostas utilizando as palavras mães sociais.

Em um primeiro momento podemos achar este sentimento lindo e fraternal, mas se analisarmos o contexto além da aparente beleza do sentimento da “maternidade”, conseguiremos desconstruir essa pseudobeza e compreender o grande peso emocional, social, psicológico imposto a essas mulheres, neste sentido precisamos primeiramente compreender o porquê dessas mulheres se entenderem mães dessas crianças e adolescentes.

Algumas reticências neste sentido podem ser colocadas se analisarmos que o conceito da díade mãe e bebê sofreu grandes transformações sociais no decorrer do começo do século XIX, muda-se o conceito de “amor materno”, ou seja, é imposta a mulher que esta deve amar seu filho de forma incondicional, porque este valor assume um novo sentido agora natural e com uma função social que coloca a mulher de forma mais restrita ao universo do cuidado e das funções domésticas.

Em alguns momentos demonstram a ansiedade pelo futuro das crianças e adolescentes em uma vertente dos padrões impostos pelo que a sociedade num todo compreende como correto para a normatização de regras, etiquetas que uma “boa menina” deve saber:

“[...] Os pequenos estão ficando maiozinhos (*sic*) e as meninas mocinhas né, e eu vejo que estão precisando de orientação de mãe mesmo, de mãe mesmo! [...]” (Maria do Salvador)

“[...] a necessidade deles e sabendo que amanhã ou depois não tem um processo de adoção pra onde eles vai pra uma Republica e quem tem que preparar eles nós! Futuramente um marido, um emprego tem que estar preparados! E esse trabalho quem faz é nós [...]”. (Maria da Paixão)

Nas falas acima, percebem-se inquietações voltadas para o universo masculino, pois a própria normatização embasa essas mulheres diante desses valores, o que nos remete novamente a questionarmos a reprodução da ideologia burguesa ministrada nessas relações sociais e afetivas traçadas no cotidiano. Como demonstra a personagem entrevistada abaixo:

“[...] Então eu preservo muito a família no sentido de que a criança aprender no dia a dia, sabe por que hoje ele é criança, mas amanhã ele vai ser um homem, uma mulher! Ele também vai ter que ter uma escolha, né! E que pelo menos aqueles que passaram pela minha mão que um dia eles possam lembrar, né das boas coisas né apesar de ser dura, algumas coisas eu tentei ajudar eles no sentido de ser uma pessoa do bem saber comer se portar em uma mesa, estar diante de uma pessoa né em boas condições e ter boa higiene que é o principal né!” (Maria do Socorro)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no “Capítulo II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, que defere no Artigo II O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: *III - crença e culto religioso*”. Isto é, a legislação promulga este direito as crianças e adolescentes, entretanto diante da realidade do acolhimento institucional e do contexto da vertente missionária das Cuidadoras Sociais, percebemos que não conseguem fazer uma dicotomia entre a realidade pessoal e a profissional.

Podendo ocasionar eventuais atritos na relação entre as trabalhadoras e as crianças e adolescentes que não condizem do mesmo credo religioso, com a realidade de família vivenciada pelo público de atendimento. Ademais o Estado é laico, e a laicidade do Estado deve ser a condição primeira de coexistência entre todas as convicções no espaço de uma sociedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas circunstâncias, que desvelamos através das entrevistas cedidas por essas cuidadoras sociais, percebemos que não há uma identidade profissional em construção e sim uma reprodução da identidade maternal e das vertentes religiosas dessas mulheres.

Pois, se é missão religiosa, então estas mulheres não tem escolhas de interromper essas atividades sem antes cumprir esta missão? Pois, já que é missão para essas cuidadoras sociais, não é trabalho de cunho profissional.

Essas mulheres têm no seu cotidiano uma rotina estressante de trabalho que quando estão no seu limite emocional e físico, buscam como linha de fuga, a missão religiosa ou fraternal.

Também observamos que entre as quatro entrevistadas todas as falas explicitadas estão envoltas por conceitos carregados de confluências idealizadoras da moralidade, dos bons costumes, do respeito à pessoa adulta.

O que nos remete a uma análise da raiz patriarcal no seio da constituição dessas relações sociais mantidas e nutridas por todos os atores dessa conjuntura, ou seja, de forma direta e indireta, tanto as crianças, adolescentes e funcionários vivenciam a representação de uma idealização imposta pela sociedade, pelo Estado, pela Instituição e pelos próprios atores.

Sendo assim, se faz necessário a ampliação do debate dessa realidade contribuindo para o apontamento de sugestões que proporcionem um processo de empoderamento e emancipação dessas mulheres. E, que possam reconhecer-se como sujeitos de direitos e integrantes da classe trabalhadora e não apenas como mães sociais.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Cristina Bruschini. **Mulher, Casa E Família. Cotidiano Nas Camadas Médias Paulistanas**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990, p.80.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acessado em 15/09/2014

BRASIL, **Lei No 7.644**, de 18 de dezembro de 1987. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7644.htm>. Acessado em 19/09/2014

DUBAR, Claude. **A socialização: construção de identidades sociais e profissionais**. Porto Editora, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural Na Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOTUFO NETO, Francisco. **Psiquiatria e Religião: A Prevalência de Transtornos Mentais entre Ministros Religiosos**. 1997. 375 f. Dissertação (Mestrado Medicina) - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, SP, 1997.

SANTOS, Clara. **A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional**. Interações número 8. pp. 123-144, 2005.